



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM  
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS  
ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA**

**CELEBRADA ENTRE**

**ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A,  
COMO EMISSORA,**

**BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,  
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO E REPRESENTANTE DOS DEBENTURISTAS,**

**J&F PARTICIPAÇÕES S.A.,  
COMO FIADORA**

**DATADA DE**  
29 de novembro de 2012



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM  
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS  
ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA**

Pelo presente instrumento particular,

De um lado,

**Eldorado Brasil Celulose S/A**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Furtado do Nascimento, n.º 66, CEP 05465-070, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o n.º 07.401.436/0002-12, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Emissora”);

E, de outro lado,

**BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 151, 19º andar (parte), Itaim Bibi, CEP 01451-011, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.486.793/0001-42, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures da segunda emissão da Emissora (“Agente Fiduciário” e “Debenturistas”, respectivamente);

e ainda, como Fiadora,

**J&F Participações S.A.**, companhia fechada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.391, 2º andar, conjunto 22, sala 1, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.350.763/0001-62, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Fiadora”);

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar este “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória*” (“Escritura”), conforme as cláusulas e condições descritas abaixo.

The bottom of the page features several handwritten signatures and a circular stamp. On the left, there is a signature that appears to be 'S'. In the center, there are two more signatures, one of which is more prominent and stylized. To the right of these signatures is a circular stamp with the text 'DEPARTAMENTO DE REGISTRO' around the perimeter and a central logo or emblem. The entire section is marked with a large handwritten checkmark on the right side.

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura é celebrada com base em deliberação tomada em reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 31 de outubro de 2012 (“RCA”), que deliberou, dentre outros, sobre os termos e condições da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, de emissão da Emissora, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Emissão” “Debêntures” e “Oferta Restrita”, respectivamente) e a Cessão Fiduciária de Conta Reserva (conforme abaixo definida), conforme disposto no artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

1.2. A prestação da Fiança (conforme abaixo definida) pela Fiadora, nos termos do item 4.5.1 abaixo, foi devidamente autorizada pela Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Fiadora, realizada em 18 de outubro de 2012 (“AGE Fiadora”).

## CLÁUSULA II REQUISITOS

A Emissão de Debêntures da Emissora será realizada com observância aos seguintes requisitos, de acordo com o artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações:

### 2.1. Arquivamento e Publicação dos Atos Societários

2.1.1. A ata da RCA que deliberou sobre a Emissão foi devidamente arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em 13 de novembro de 2012, sob o n.º 498.979/12-0, e foi publicada no jornal Estado de São Paulo e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) em 21 de novembro de 2012.

2.1.2. A ata da AGE Fiadora foi devidamente arquivada perante a JUCESP em 01º de novembro de 2012, sob o n.º 475.205/12-1, e foi publicada no Jornal “O Dia” e no DOESP em 07 de novembro de 2012.

### 2.2. Inscrição desta Escritura e de seus Eventuais Aditamentos

2.2.1. Sem prejuízo do registro de que trata o item 2.5.1. abaixo, esta Escritura e seus

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right, there is a circular stamp from the 'DEPARTAMENTO DE REGISTRO' (Registry Department) of the 'JUCESP' (Junta Comercial do Estado de São Paulo). The stamp contains the text 'Eldorado' and 'Sociedade por Ações'.



eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, conforme disposto no inciso II, e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 2 (duas) vias originais desta Escritura e seus eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCESP e no Cartório de Títulos e Documentos competente, nos termos do item 2.5.1., no prazo de 10 (dez) Dias Úteis (conforme abaixo definido) contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.3.1. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476.

2.3.2. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25, parágrafo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

2.4. Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados

2.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado secundário regulamentado de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right, there is a circular stamp from the 'DEPARTAMENTO JURÍDICO' (Legal Department) of 'ELETROBRAS' (Eletrobrás), with the word 'AUTORIZADO' (Authorized) written around the perimeter. The stamp contains a signature and the date '20/08/2018'.



## 2.5. Constituição da Fiança

2.5.1. Em atendimento ao disposto nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada (“Lei de Registros Públicos”), em decorrência da constituição da Fiança (conforme abaixo definida) pela Fiadora, esta Escritura e seus eventuais aditamentos posteriores deverão ser registrados, dentro do prazo de 20 (vinte) dias da data da sua assinatura pelas Partes, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

## 2.6. Constituição da Cessão Fiduciária de Conta Reserva

2.6.1. Observado o disposto no item 4.5.2.1. abaixo, a Cessão Fiduciária de Conta Reserva (conforme abaixo definida) será formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva (conforme abaixo definido), e será constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva e qualquer aditivo subsequente nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 1.361, § 1º, do Código Civil, do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 129 da Lei de Registros Públicos.

## CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com seu estatuto social, a Emissora tem como objeto social (a) a fabricação de celulose e outras pastas de fabricação de papel; (b) importação e exportação de celulose; (c) prestação de serviços, armazenamento, transporte, distribuição de celulose a terceiros compreendendo: assessoria e elaboração de projetos de logística, armazenamento e distribuição de transportes ferroviários, rodoviários e fluviais de celulose; (d) atividades de apoio à produção florestal; (e) atividade de serviços especializados de apoio administrativo; (f) atividades de processamento de biomassa, exploração sustentável de madeira e comércio madeireiro; (g) cultivo de eucalipto; (h) cultivo de mudas em viveiros florestais; (i) exploração agroflorestal, promovendo projetos de reflorestamento em terras próprias ou de terceiros, podendo, para tanto, fazer arrendamentos e ou parcerias; (j) extração de madeira em florestas plantadas; (k) importação de equipamentos; (l) importação e exportação de produtos agroflorestais e correlatos; (m) participação em outras sociedades; (n) prestação de serviços rurais a terceiros compreendendo: assessoria e elaboração de projetos de reflorestamento, preparação de área de cultivo, plantio de mudas, corte, empacotamento e o transporte de produtos agroflorestais e correlatos; (o) produção,

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right, there is a circular stamp from the 'DEPARTAMENTO AUTENTICO' (Authentic Department) of the 'Cartório de Registro de Títulos e Documentos' (Registry of Titles and Documents). The stamp includes the text 'DEPARTAMENTO AUTENTICO' and 'Cartório de Registro de Títulos e Documentos' around a central logo.

armazenamento e distribuição de energia elétrica; (p) produção e comercialização de produtos agroflorestais e correlatos, e geração e comercialização de créditos de carbono; (q) produção de produtos não-madeireiros em florestas plantadas; (r) realização de atividades diretamente relacionadas a quaisquer das atividades descritas anteriormente; (s) operação de terminais portuários; e (t) administração de bens próprios.

### 3.2. Destinação dos Recursos

3.2.1. Os recursos captados por meio da Emissão serão utilizados pela Emissora para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do tratamento de água e efluentes (saneamento) relacionados ao projeto localizado na cidade de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul, bem como investimento em solução do transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário da Emissora, conforme detalhado no Anexo I desta Escritura (“Projeto”), limitado a 90% (noventa por cento) do Capex (conforme definido abaixo) do Projeto (“Capex” e “Plano de Negócios”, respectivamente). Para os efeitos desta Escritura, “Capex”, do inglês *Capital Expenditure*, significa o montante financeiro a ser despendido pela Emissora, na construção, modernização, reforma, ampliação ou implantação do Projeto, nos termos e de acordo com o Plano de Negócios, conforme quadro consolidado que consta do Anexo I integrando este instrumento para todos os fins de direito, sendo expressamente vedada a utilização dos recursos destinados ao Capex para o custeio, reembolso ou pagamento de despesas administrativas, tais como despesas com viagens, estadia, telefonia, materiais de escritório e/ou publicidade institucional.

3.2.2. A totalidade dos recursos líquidos captados por meio da Emissão deverá ser utilizada pela Emissora em um prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados a partir da Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“Prazo Máximo de Utilização dos Recursos”), sendo admitida como comprovação da utilização dos recursos provenientes da Emissão, o Capex comprovadamente realizado pela Emissora no Projeto a partir de fevereiro de 2012 e para a parcela correspondente aos recursos próprios, conforme o item 3.2.4 desta Escritura, a partir de agosto de 2011.

3.2.3. Fica acordado desde já que não serão considerados como Capex elegíveis para inclusão no Plano de Negócios (i) os dispêndios relacionados à manutenção, ao custeio e ao consumo da Emissora, bem como quaisquer despesas administrativas, tais como despesas com viagens, estadia, telefonia, materiais de escritório e/ou publicidade institucional, dentre outros, e (ii) qualquer projeto ou rubrica de investimentos que não estejam previstos no Anexo I desta Escritura.

3.2.4. A Emissora não financiará mais de 90% (noventa por cento) do Projeto com recursos obtidos por meio desta Emissão, ficando obrigada a investir recursos próprios em



um valor mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do Projeto.

### 3.3. Número da Emissão

3.3.1. Esta Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora para distribuição pública.

### 3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

### 3.5. Valor Total da Emissão

3.5.1. O valor total da Emissão, na Data de Emissão (conforme abaixo definida), será de R\$ 940.000.000,00 (novecentos e quarenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

### 3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação do BB – Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, n.º 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 24.933.830/0001-30 ("Coordenador Líder"), sob regime de melhores esforços de colocação, nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, da Eldorado Brasil Celulose S/A*", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

3.6.2. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

3.6.3. No âmbito da Oferta Restrita; (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder; (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados; e (iii) os Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476, deverão subscrever Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).



- i. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente: (i) de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e nem perante a ANBIMA; (ii) de que as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura e na Instrução CVM 476; (iii) de todos os termos e condições da Emissão, conforme descritos nesta Escritura; (iv) de que o registro das Garantias e seus respectivos anexos, perante os competentes cartórios de registro, será realizado nos prazos e termos estabelecidos nesta Escritura e no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva;
- ii. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica;
- iii. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição previsto no Contrato de Distribuição; e
- iv. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

### 3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.7.1 O banco mandatário e o agente escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12 (“Banco Mandatário” ou “Agente Escriturador”), cuja respectiva definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o atual Banco Mandatário ou o Agente Escriturador, conforme o caso, na prestação dos serviços previstos neste item.

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

- 4.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”), observado o artigo 4º da Instrução CVM 476.



4.1.2. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 940.000,00 (novecentas e quarenta mil) Debêntures.

4.1.3. Forma. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

4.1.4. Comprovação de Titularidade das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriurador, o qual conterà os nomes dos respectivos titulares das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

4.1.5. Espécie. Nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures serão da espécie quirografária com garantias adicionais real e fidejussória.

4.1.6. Conversibilidade. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações.

4.1.7. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será o dia 1º de dezembro de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.8. Prazo e Data de Vencimento. Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures previstas nos itens 4.10., 5.1.1. e 5.1.2., respectivamente, desta Escritura, as Debêntures terão prazo de 15 (quinze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se em 1º de dezembro de 2027 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação pelo saldo remanescente de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado nos termos dos itens 4.3.1., 4.3.2. e 4.3.3. abaixo, além dos Encargos Moratórios eventualmente devidos nos termos desta Escritura.

4.1.9. Preço de Subscrição e Integralização. O preço de subscrição e integralização das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, sem incidência de qualquer valor adicional, de acordo com as normas de liquidação da CETIP.

4.1.10. Forma de Subscrição e Integralização. A totalidade das Debêntures será integralizada à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as condições previstas no item 4.1.11. abaixo.

4.1.11. Condições Precedentes à Subscrição e Integralização. A subscrição e a





integralização das Debêntures serão efetuadas em até 5 (cinco) Dias Úteis após o cumprimento da totalidade das seguintes condições precedentes:

- (i) comprovação ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas do registro desta Escritura na JUCESP, nos termos do item 2.2. desta Escritura;
- (ii) comprovação ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas do registro desta Emissão na CETIP;
- (iii) comprovação ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas do registro desta Escritura no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, por meio da entrega de 2 (duas) vias originais registradas, nos termos do item 2.5. desta Escritura;
- (iv) comprovação ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas do arquivamento e da publicação das atas dos atos societários da Emissora e da Fiadora, nos termos do item 2.1. acima;
- (v) entrega ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas do relatório definitivo de classificação de risco (*rating*) da Emissão, elaborado pela Standard&Poors, atribuindo o *rating* da Emissão em “brBBB-” ou superior, em escala nacional, sem condicionantes;
- (vi) recebimento pelo Agente Fiduciário e pelos Debenturistas de opinião legal emitida pelo escritório Soares, Bumachar, Chagas & Barros Sociedade de Advogados, tendo como objeto a regularidade legal da Emissão, em termos satisfatórios para os Debenturistas;
- (vii) apresentação ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas de relatório de auditoria legal emitido pelo escritório Soares, Bumachar, Chagas & Barros Sociedade de Advogados, em condições satisfatórias aos Debenturistas;
- (viii) comprovação ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas do registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, por meio da entrega de 2 (duas) vias originais registradas, nos termos do item 2.6. desta Escritura;
- (ix) não ocorrência de, até a Data de Emissão: (1) qualquer alteração adversa

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. To the right, there is a circular stamp from the 'DEPARTAMENTO JURÍDICO' of 'ELETROBRAS S.A.' with the text 'Emitido em' and a date. There are also some other smaller, less distinct stamps and marks.



relevante nos negócios e condição financeira da Emissora ou da Fiadora que resulte em rebaixamento da classificação de risco atribuída à Emissão em momento imediatamente anterior à Data de Emissão; (2) alterações na política monetária do Governo Federal que impactem diretamente o setor de atuação da Emissora, e que, de qualquer modo, possam alterar substancialmente suas perspectivas futuras e tornem a realização da Emissão inviável e/ou desaconselhável; (3) incidência de regulamentação que venha a alterar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional, tornando inviável ou desaconselhável a realização da Emissão; ou (4) casos fortuitos ou eventos de força maior, conforme definidos pelo artigo 393 do Código Civil (conforme definido abaixo), que tornem inviável ou desaconselhável a realização da Emissão; e

- (x) entrega do laudo técnico atestando o percentual de execução atual da obra.

4.1.11.1. Após a subscrição das Debêntures, a integralização da totalidade das Debêntures emitidas será realizada no âmbito da CETIP, na mesma data de subscrição.

4.1.12. Caso em até 60 (sessenta) dias contados da data de assinatura desta Escritura não seja cumprida a totalidade das condições precedentes previstas no item 4.1.11. acima, caberá exclusivamente aos Debenturistas decidir sobre a realização da subscrição ou integralização das Debêntures, conforme o caso. Caso não ocorra a subscrição ou a integralização das Debêntures, conforme o caso, não será gerado nenhum direito ou obrigação a nenhuma das partes, sendo a Emissora responsável por todos os custos incorridos e decorrentes da Emissão, se for o caso.

4.2. Condições de Negociação das Debêntures no mercado secundário. Os Debenturistas poderão livremente transferir, ceder, alienar, sob qualquer forma, as Debêntures, desde que observadas as seguintes condições: (i) transcurso do prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de subscrição ou de aquisição das Debêntures pelo Debenturista; (ii) cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476; e (iii) demais condições definidas na Instrução 476, em especial com relação à destinação exclusiva a investidores qualificados.

4.3. Remuneração das Debêntures.

4.3.1. A remuneração das Debêntures será composta pelos Juros Remuneratórios e pela Atualização Monetária (conforme definidos abaixo) ("Remuneração"), nos seguintes

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. To the right, there is a circular stamp from the 'DEPARTAMENTO JURÍDICO' of 'Eldorado Brasil', with a signature over it. There are also some other smaller, less distinct marks and initials.

termos:

#### 4.3.2. Atualização Monetária.

4.3.2.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado monetariamente, a partir da data da primeira integralização das Debêntures ("Data da Primeira Integralização"), pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("Atualização Monetária", "Valor Nominal Unitário Atualizado" e "IPCA", respectivamente), sendo o produto da atualização automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado a partir da Data da Primeira Integralização, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, ao final de cada mês correspondente, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA dentro do mês correspondente, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

n = número total de índices considerados na atualização monetária das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso



a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, o "NI<sub>k</sub>" corresponderá ao valor do número-índice do IPCA divulgado no mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de dias úteis entre a Data da Primeira Integralização ou a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de dias úteis contidos entre a Data da Primeira Integralização ou a última data de aniversário e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

4.3.2.1.1. Considera-se como "data de aniversário" o dia 15 (quinze) de cada mês, sendo que caso referida data não seja um dia útil, será considerado como o primeiro dia útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas.

4.3.2.2. Os fatores resultantes das expressões  $[NI_k / NI_{k-1}]^{dup/dut}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.3.2.3. Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do IPCA, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas.

4.3.2.4. O cálculo da atualização monetária pelo IPCA será realizado no menor período permitido pela legislação em vigor, contados da Data da Primeira Integralização, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures previstas nesta Escritura.

4.3.2.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, será utilizado em sua substituição o parâmetro oficial que vier a ser determinado, se houver. Caso (i) o período de 30 (trinta) dias corridos referido acima seja ultrapassado sem que haja divulgação do IPCA, ou (ii) na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação do IPCA, não haja substituto legal, então o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30



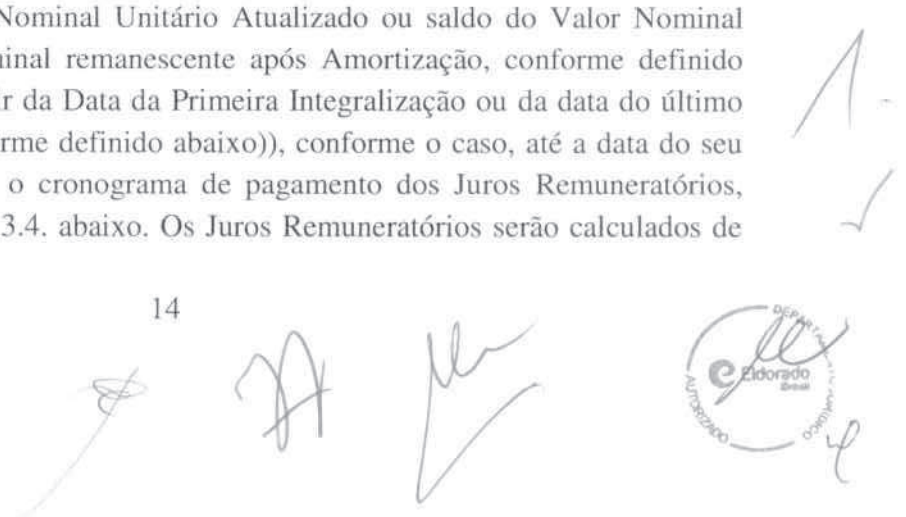
(trinta) dias corridos a contar do respectivo evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da publicação do edital de primeira convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias corridos contados da publicação do edital de segunda convocação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser aplicado.

4.3.2.6. Em qualquer hipótese mencionada no item 4.3.2.5, caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de atualização entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, ambas as partes deverão, de comum acordo, no prazo de 10 (dez) dias da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas, nomear um perito independente para a determinação do novo parâmetro de atualização, o qual deverá refletir o índice de variação de preços ao mercado, e que será conclusivo e vinculante às partes. Todas as despesas com a contratação do perito serão de responsabilidade da Emissora. Caso não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas na nomeação do perito, antecipadamente Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos do item 4.10.2.

4.3.2.7. Caso o IPCA volte a ser divulgado a qualquer momento antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.3.2.6. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e o IPCA, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizado para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, sendo certo que até a data de divulgação do IPCA nos termos deste item 4.3.2.7., o último IPCA divulgado será utilizado para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura.

#### 4.3.3. Juros Remuneratórios.

4.3.3.1. A partir da Data da Primeira Integralização, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes à taxa de 7,41% (sete inteiros e quarenta e um centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado (valor nominal remanescente após Amortização, conforme definido abaixo, conforme o caso, a partir da Data da Primeira Integralização ou da data do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo)), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o cronograma de pagamento dos Juros Remuneratórios, previsto nos itens 4.3.3.3. e 4.3.3.4. abaixo. Os Juros Remuneratórios serão calculados de

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right, there is a circular stamp with the text "DEPARTAMENTO DE DEBENTURAS" around the perimeter and "Eldorado Brasil" in the center. Below the stamp, there is a handwritten checkmark and the number "4".

acordo com a fórmula abaixo (“Juros Remuneratórios”):

$$J = VNa \times (Fator Juros - 1)$$

Onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

taxa = taxa de juros fixa, correspondente a 7,4100 (sete inteiros e quarenta e um centésimos).

DP = Número de dias úteis entre a Data da Primeira Integralização ou da data do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sendo “DP” um número inteiro.

4.3.3.2. Define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data da Primeira Integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, amortização, resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, nos termos desta Escritura.

4.3.3.3. Sem prejuízo dos pagamentos, em decorrência do resgate antecipado e vencimento



antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, previstos nesta Escritura, os Juros Remuneratórios serão pagos trimestralmente, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, a partir do 6º mês contado da Data de Emissão, conforme tabela abaixo (“Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”):

| Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios |            |            |            |
|--|------------|------------|------------|
| 1º/06/2013                                 | 1º/03/2017 | 1º/12/2020 | 1º/09/2024 |
| 1º/09/2013                                 | 1º/06/2017 | 1º/03/2021 | 1º/12/2024 |
| 1º/12/2013                                 | 1º/09/2017 | 1º/06/2021 | 1º/03/2025 |
| 1º/03/2014                                 | 1º/12/2017 | 1º/09/2021 | 1º/06/2025 |
| 1º/06/2014                                 | 1º/03/2018 | 1º/12/2021 | 1º/09/2025 |
| 1º/09/2014                                 | 1º/06/2018 | 1º/03/2022 | 1º/12/2025 |
| 1º/12/2014                                 | 1º/09/2018 | 1º/06/2022 | 1º/03/2026 |
| 1º/03/2015                                 | 1º/12/2018 | 1º/09/2022 | 1º/06/2026 |
| 1º/06/2015                                 | 1º/03/2019 | 1º/12/2022 | 1º/09/2026 |
| 1º/09/2015                                 | 1º/06/2019 | 1º/03/2023 | 1º/12/2026 |
| 1º/12/2015                                 | 1º/09/2019 | 1º/06/2023 | 1º/03/2027 |
| 1º/03/2016                                 | 1º/12/2019 | 1º/09/2023 | 1º/06/2027 |
| 1º/06/2016                                 | 1º/03/2020 | 1º/12/2023 | 1º/09/2027 |
| 1º/09/2016                                 | 1º/06/2020 | 1º/03/2024 | 1º/12/2027 |
| 1º/12/2016                                 | 1º/09/2020 | 1º/06/2024 | --         |

4.3.3.4. Farão jus aos pagamentos das Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures em Circulação ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios.

#### 4.4. Amortização das Debêntures

4.4.1. Sem prejuízo dos pagamentos, em decorrência do resgate antecipado e vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previstos nesta Escritura, a amortização será realizada anualmente, em 15 (quinze) parcelas consecutivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, inclusive (“Amortização”), sendo que para a primeira parcela será considerado o Valor Nominal Unitário Atualizado, e para as demais parcelas o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, sendo devidas nas datas e nos percentuais indicados abaixo (“Datas de Amortização”):



| <b>Data de Amortização das Debêntures</b> | <b>% de amortização sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado</b> |
|---|---|
| 1º/12/2013                                | 1,0000  |
| 1º/12/2014                                | 1,0000  |
| 1º/12/2015                                | 1,0000  |
| 1º/12/2016                                | 1,0000  |
| 1º/12/2017                                | 1,0000  |
| 1º/12/2018                                | 3,0000  |
| 1º/12/2019                                | 3,0000  |
| 1º/12/2020                                | 3,0000  |
| 1º/12/2021                                | 3,0000  |
| 1º/12/2022                                | 3,0000  |
| 1º/12/2023                                | 10,0000   |
| 1º/12/2024                                | 10,0000   |
| 1º/12/2025                                | 20,0000   |
| 1º/12/2026                                | 20,0000   |
| 1º/12/2027                                | saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado  |

#### 4.5. Garantias Adicionais

O integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura será garantido pela Fiança e pela Cessão Fiduciária de Conta Reserva descritas nos itens 4.5.1. e 4.5.2. abaixo, respectivamente, e, se for o caso, pela Fiança Bancária, nos termos do item 4.5.3. abaixo.

##### 4.5.1. Garantia Fidejussória

4.5.1.1. Fiança: A Fiadora, neste ato, obriga-se, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante o Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, como principal pagadora e solidariamente (com a Emissora) responsável por todas as obrigações pecuniárias da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme

definidos abaixo), devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura (“Fiança”).

4.5.1.2. Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à garantia ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

4.5.1.3. Os valores devidos pela Emissora no âmbito desta Emissão (“Valor Garantido”), caso não sejam por ela pagos, o serão pela Fiadora em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas à Fiadora neste sentido, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações. Tal notificação somente deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP, segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário ou dos Debenturistas.

4.5.1.4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.5.1.5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item 4.5.1, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada pela Fiadora, observado, entretanto, que a Fiadora desde já concorda e se obriga a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pela Fiadora nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.5.1.6. A presente Fiança será excutida e exigida pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação do Valor Garantido.

4.5.1.7. Observado o disposto no item 2.5.1. acima, em virtude da Fiança, a presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos



localizados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, previamente à subscrição das Debêntures.

4.5.1.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, ou pelos Debenturistas, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.5.1.9. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras modificações das condições fixadas nas Debêntures, nesta Escritura e/ou nos demais documentos da Oferta Restrita ou, ainda, caso a Fiadora deixe de ser controladora da Emissora.

4.5.1.10. A presente Fiança é prestada pela Fiadora em caráter irrevogável e irretratável, entrando em vigor na Data de Emissão e permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

4.5.1.11. A Fiadora renuncia a qualquer benefício eventualmente decorrente, conforme o caso, de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ("Recuperação") da Emissora e reconhecem, neste ato, que: (i) eventual pedido de Recuperação ou aprovação de plano de recuperação da Emissora não implicará novação ou alteração de suas obrigações estipuladas nesta Escritura, nem suspenderá qualquer ação movida pelos Debenturistas para cobrança dos valores devidos pela Fiadora; (ii) deverá pagar o crédito devido aos Debenturistas no valor e forma estabelecidos nesta Escritura sem qualquer alteração em razão da Recuperação; e (iii) deverá habilitar na Recuperação os valores pagos aos Debenturistas e se sujeitar a eventual plano de recuperação da Emissora, ainda que esse plano de recuperação altere ou reduza o valor pago aos Debenturistas pela Fiadora.

#### 4.5.2. Garantia Real

4.5.2.1. Cessão Fiduciária de Conta Reserva: Conforme disposto no Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva"), celebrado em 29 de novembro de 2012 entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Caixa Econômica Federal, na qualidade de banco depositário ("Banco Depositário"), as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures contarão com garantia de cessão fiduciária de conta reserva de titularidade da Emissora ("Conta Reserva") junto ao Banco Depositário, na qual serão depositados recursos em montante equivalente a, no mínimo, o valor do próximo pagamento dos Juros Remuneratórios e da Amortização vincenda corrigida pela Atualização Monetária dos últimos 12 (doze) meses, conforme estabelecido no item 4.4 acima ("Cessão Fiduciária de Conta Reserva") e, em conjunto com a Fiança,

“Garantias”). As demais características da Cessão Fiduciária de Conta Reserva seguem descritas no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva.

4.5.3. Fiança Bancária: Para assegurar o pontual e integral pagamento dos Juros Remuneratórios e da Amortização, a Emissora poderá, a qualquer momento, mediante anuência prévia dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, a qual não poderá ser injustificadamente negada, substituir uma única vez a Cessão Fiduciária de Conta Reserva por fiança bancária contratada com uma ou mais instituição(ões) financeira(s) de primeira linha, considerada(s) de primeira linha aquela(s) classificada(s) na categoria baixo risco de crédito, com certificação expedida por agência de classificação de risco internacional localizada no país (“Instituição(ões) Financeira(s) de Primeira Linha”), a ser(em) indicada(s) pela Emissora aos Debenturistas na referida Assembleia Geral de Debenturistas, em montante equivalente a, no mínimo, o valor do próximo pagamento dos Juros Remuneratórios e da Amortização vincenda, válida pelo prazo de 1 (um) ano, a qual será renovada e/ou substituída até a liquidação integral das Debêntures (“Fiança Bancária”).

4.5.3.1. Havendo a substituição da Cessão Fiduciária pela Fiança Bancária, a qual se dará mediante aditamento à presente Escritura, nos termos do item 4.12. abaixo, cada Fiança Bancária a ser apresentada durante a vigência das Debêntures terá prazo de validade de 1 (um) ano contado da data de celebração do contrato que formalizará (“Contrato de Fiança Bancária”), sendo certo que cada Fiança Bancária sucede a anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures, o que ocorrer primeiro, nos termos desta Escritura.

4.5.3.1.1. Para cada Fiança Bancária, a Emissora compromete-se a apresentar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de celebração do Contrato de Fiança Bancária, comprovante de formalização do Contrato de Fiança Bancária, para o caso da primeira Fiança Bancária, e em até 20 (vinte) dias corridos da data de celebração do Contrato de Fiança Bancária, cópia do Contrato de Fiança Bancária devidamente registrado nos cartórios de títulos e documentos competentes.

4.5.3.1.2. Não obstante o disposto no item 4.5.3.1.1. acima, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, a Emissora estará obrigada a, até o 30º (trigésimo) dia de antecedência ao vencimento do último Contrato de Fiança Bancária, apresentar ao Agente Fiduciário comprovante de formalização do Contrato de Fiança Bancária, no caso das demais Fianças Bancárias, e em até 20 (vinte) dias corridos da data de celebração do Contrato de Fiança Bancária, cópia do Contrato de Fiança Bancária devidamente registrado nos cartórios de títulos e documentos competentes.



4.5.3.2. A Fiança Bancária deverá, a todo tempo, durante o seu prazo de vigência, garantir, no mínimo, o próximo pagamento dos Juros Remuneratórios e da Amortização vincenda, podendo ser executada pelo Agente Fiduciário a qualquer momento, mediante qualquer evento de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula V desta Escritura.

4.5.3.4. Em caso de execução da Fiança Bancária, o Agente Fiduciário deverá notificar a instituição financeira fiadora para que, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data da referida notificação, os recursos decorrentes da Fiança Bancária sejam depositados em conta bancária a ser indicada pelo Agente Fiduciário para o pagamento das Debêntures.

4.5.3.5. Caso, por qualquer razão, a Emissora não consiga contratar Fiança Bancária com Instituição(ões) Financeira(s) de Primeira Linha, nos termos do item 4.5.3.1 acima, a Emissora deverá constituir e formalizar a cessão fiduciária de uma nova Conta Reserva, nos mesmos termos e disposições do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva, até 05 (cinco) Dias Úteis anteriores ao vencimento da Fiança Bancária até então vigente.

4.6. Condições de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados conforme disposto nos itens a seguir:

4.6.1. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados, conforme o caso: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na sede da Emissora, na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, ou, utilizando-se os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário ou (iii) pela instituição financeira contratada para este fim.

4.6.2. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista ou decorrente desta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente em que os bancos estejam abertos para expediente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Dia Útil"), sem nenhum acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

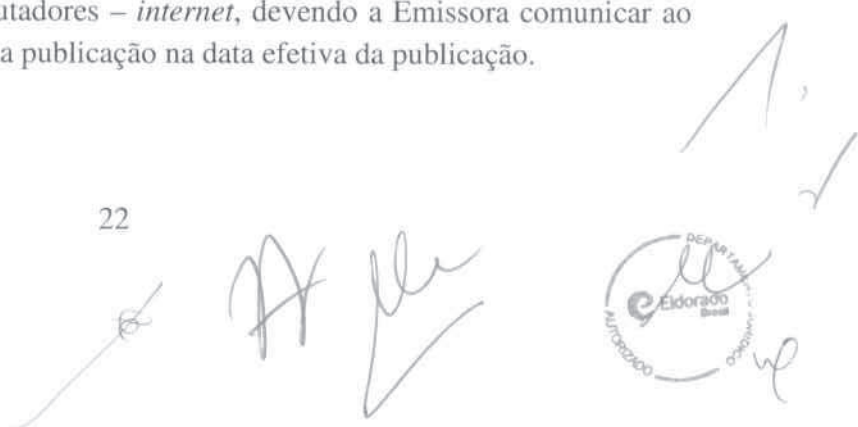
4.6.3. Multa e Encargos Moratórios. Sem prejuízo do pagamento da Remuneração, em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

4.6.4. Imunidade de Debenturistas. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis após a data prevista para a Emissão, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.6.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto no item 4.6.3. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em qualquer comunicado realizado ou aviso publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios ou qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.

#### 4.7. Publicidade

4.7.1. Todos os atos, anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser enviados diretamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, na forma de “Aviso aos Debenturistas”, além de veiculados no DOESP e no jornal Estado de São Paulo, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet*, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário da realização dessas publicações na data efetiva da publicação. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas nos jornais poderá ser substituída por correspondência registrada entregue aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, sendo que o Aviso aos Debenturistas não deixará de ser publicado na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet*, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário da realização dessa publicação na data efetiva da publicação.

The bottom of the page features several handwritten signatures and stamps. On the left, there is a long, thin signature. In the center, there are two more signatures, one appearing to be 'H' and another 'plu'. On the right, there is a circular stamp with the text 'DEPARTAMENTO DE EMISSÃO' around the perimeter and 'Eldorado Brasil' in the center. Next to the stamp is another signature.



#### 4.8. Repactuação Programada

4.8.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

#### 4.9. Comprovação dos Investimentos

4.9.1. A Emissora deverá enviar semestralmente ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, até os dias 20 de julho e 20 de janeiro de cada ano (sendo o primeiro envio em 20 de janeiro de 2013), relatório de investimentos discriminando (i) o valor do Capex e o valor desta Emissão já utilizados no Projeto, com base no descrito no Plano de Negócios, (ii) o produto ou serviço adquirido com os recursos investidos, (iii) o fornecedor contratado, (iv) a data e o valor de cada pagamento e (v) o número das respectivas notas fiscais ou faturas comprobatórias ("Relatório de Uso dos Recursos").

4.9.2. A Emissora deverá, terminado o Prazo Máximo de Utilização dos Recursos, comprovar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas que os recursos da Emissão foram utilizados nos termos do Plano de Negócios, do Projeto aprovado e conforme esta Escritura. Para tanto, a Emissora deverá enviar, em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término do Prazo Máximo de Utilização dos Recursos, relatório emitido por auditor independente com registro válido na CVM, contratado pela Emissora especialmente para esse fim, confirmando se:

- (a) os valores discriminados nos Relatórios de Uso dos Recursos emitidos pela Emissora foram efetivamente aplicados em investimentos em infraestrutura, conforme previstos no Plano de Negócios;
- (b) as notas fiscais, faturas e quaisquer outros documentos comprobatórios referidos nos Relatórios de Uso dos Recursos foram emitidos durante o Período de Investimento e que a parcela do valor de referidos documentos apresentada como comprovação do uso dos recursos não foi diretamente utilizada para (i) comprovação da utilização de recursos obtidos por meio de financiamento junto a terceiros, e/ou (ii) despesas administrativas, tais como despesas com viagens, estadia, telefonia, materiais de escritório, publicidade e/ou doações ("Relatório de Auditoria");
- (c) a Emissora não financiou mais de 90% (noventa por cento) do valor total do Capex com recursos desta Emissão e, no mínimo, 10% (dez por cento) do Capex foi realizado com recursos próprios; e
- (d) comprovação da utilização do Valor Total da Emissão.



4.9.3. Os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, poderão solicitar, por escrito e a qualquer momento, a seu exclusivo critério, os comprovantes dos investimentos relacionados nos Relatórios de Usos dos Recursos e os comprovantes de tais despesas, sendo que a Emissora terá o prazo de 10 (dez) Dias Úteis, a contar do recebimento do respectivo requerimento, para disponibilizar os comprovantes solicitados.

4.9.4. Caso o Agente Fiduciário ou os Debenturistas, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados do recebimento do Relatório de Auditoria, verifiquem o descumprimento dos requisitos previstos no item 4.9.2. acima, tal fato será informado por escrito à Emissora, devendo a Emissora apresentar os esclarecimentos ou realizar as substituições dos itens questionados por outros que atendam ao disposto no item 4.9.2. acima no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de recebimento de manifestação dos Debenturistas ou do Agente Fiduciário neste sentido.

4.9.5. Se, mesmo após a apresentação dos esclarecimentos ou substituição dos itens questionados, previstos no item acima, o Relatório de Auditoria ainda não atender o disposto no item 4.9.2. acima, as Debêntures poderão vencer antecipadamente, nos termos desta Escritura. Neste caso, os Debenturistas poderão requerer o vencimento antecipado das Debêntures, ficando a Emissora, independente dos valores referentes à Atualização Monetária ou Juros Remuneratórios, sujeita ao pagamento de multa equivalente a 3% (três por cento) sobre o Valor Total da Emissão.

#### 4.10. Resgate Antecipado Total ou Parcial

##### 4.10.1. Resgate Antecipado Facultativo

4.10.1.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após 18 (dezoito) meses contados a partir da Data de Emissão e desde que tenha sido comprovada aos Debenturistas a utilização do Valor Total da Emissão conforme previsto no item 3.2., promover o resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, sendo que deverão ser resgatadas, no mínimo, 1/3 (um terço) das Debêntures em Circulação ("Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado Facultativo estará sujeito ao atendimento das seguintes condições:

- I. a Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário e o Banco Mandatário e Agente Escriturador acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência. Tal comunicado deverá conter os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, que incluem, mas não se limitam (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial e, se for parcial, mediante sorteio, nos termos do



artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, observado o disposto no inciso III abaixo; (iii) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo (“Comunicação de Resgate”);

- II. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao pagamento (i) do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado; (ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e (iii) de um prêmio de resgate incidente sobre o valor indicado no subitem (i) acima, a que farão jus os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, o qual será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = (0,029 \times d/D + 0,005) \times \text{Valor do Resgate Antecipado Facultativo}$$

Sendo:

P = prêmio do Resgate Antecipado Facultativo apurado sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias entre a data de Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento;

D = quantidade de dias entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento.

- III. caso a Emissora opte pelo Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures, então o resgate será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido em Assembleia Geral de Debenturistas a ser convocada pelo Agente Fiduciário para deliberar sobre os critérios aplicáveis, observado, para tanto, o disposto no item 4.10.1.2. abaixo; e
- IV. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio do Agente Escriturador, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.10.1.2. Caso (i) por qualquer razão não haja a realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o inciso III do item 4.10.1.1 acima, ou (ii) ainda que havendo a referida Assembleia Geral de Debenturistas, não haja acordo sobre os critérios para

realização do sorteio, o sorteio relativo ao referido resgate parcial será realizado pelo Agente Fiduciário usando-se para tanto as práticas usuais de mercado.

4.10.1.3. No caso do Resgate Antecipado Facultativo parcial mencionado no inciso III acima, tal resgate deverá ser realizado, por meio de operação de compra e venda definitiva, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar tal Resgate Antecipado Facultativo parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.10.1.4. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com o “de acordo” do Agente Fiduciário, após anuência formal dos Debenturistas, da realização do Resgate Antecipado Facultativo, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

#### *4.10.2. Resgate Antecipado Obrigatório*

4.10.2.1. Caso não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas na nomeação do perito para a definição do novo parâmetro de atualização do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, nos termos do item 4.3.2.6. acima, a Emissora estará obrigada a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), em até 10 (dez) Dias Úteis contados da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.3.2.6. acima, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento (i) do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado; (ii) os Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e (iii) de prêmio, incidente sobre o valor indicado no subitem (i) acima, correspondente a 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento) (“Resgate Antecipado Obrigatório”).

4.10.2.2. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio do Agente Escriturador, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.10.2.3. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com o “de acordo” do Agente Fiduciário, após anuência formal dos

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right, there is a circular stamp from the 'DEPARTAMENTO DE AUDITORIA' (Audit Department) of 'Eduardo Brasil', with a signature over it. There are also some checkmarks and other markings.



Debenturistas, da realização do Resgate Antecipado Obrigatório, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

#### 4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. À Emissora é facultado, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora), ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, conforme o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedade por Ações, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso (“Aquisição Facultativa”). As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de aditamento a esta Escritura; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item 4.11.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

#### 4.12. Aditamento à presente Escritura de Emissão

4.12.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora, pela Fiadora e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente inscritos na JUCESP e registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, bem como deverão ser entregues, pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data dos seus efetivos registros, respectivamente.

### CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

#### 5.1. Vencimento Antecipado

Os Debenturistas, diretamente ou representados pelo Agente Fiduciário, terão o direito de declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora relativas às Debêntures; exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e demais encargos; e executar as Garantias constituídas nesta Emissão, na ocorrência das hipóteses legais e naquelas descritas nos itens 5.1.1. e 5.1.2.



abaixo, observados os prazos de cura aplicáveis (“Eventos de Vencimento Antecipado”).

5.1.1. Eventos de Vencimento Antecipado Automático: Observados os prazos de cura aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 5.1.1. acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas (“Eventos de Vencimento Antecipado Automático”):

- (a) não pagamento, pela Emissora, nas respectivas datas de vencimento, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, não sanado no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis da data em que tal obrigação se tornou devida;
- (b) for protocolizado pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora ou pela Fiadora;
- (c) extinção, liquidação ou dissolução, total ou parcial, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora ou da Fiadora;
- (d) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e obrigações pecuniárias da Emissora ou da Fiadora, em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), não sanado no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis da data em que tal obrigação se tornou devida;
- (e) comprovação de utilização, pela Emissora, de documentação falsa ou inverídica para comprovação da utilização dos recursos da Emissão, de acordo com o previsto nesta Escritura, bem como a utilização de documentação já apresentada como comprovação de utilização de recursos a outro financiador, caracterizando duplicação de lastro financeiro; e
- (f) não entrada em operação do Projeto em até 12 (doze) meses após a Data de Emissão.

5.1.2. Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático: Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 5.1.2. não sanados no prazo de cura aplicável, o Agente



Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do item 5.4. abaixo, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nos itens abaixo (“Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático”):

- (a) descumprimento, pela Emissora ou pela Fiadora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso, de comunicação do referido descumprimento enviada pelo Agente Fiduciário sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações não pecuniárias para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (b) utilização dos recursos obtidos por meio desta Emissão para destinação diversa daquela prevista nesta Escritura e no Plano de Negócios constante do Anexo I desta Escritura;
- (c) extinção das Garantias e/ou término, rescisão ou qualquer outra forma de resolução do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva ou do Contrato de Fiança Bancária, se for o caso, por qualquer motivo;
- (d) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações relevantes referentes aos contratos celebrados com a Standard&Poors e/ou com agência de classificação de risco internacional que venha a ser contratada para classificação de risco das Debêntures, observados os prazos de cura ali estabelecidos, cujo descumprimento afete os direitos dos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (e) suspensão, cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial de aspectos relevantes desta Escritura, desde que não revertida em 15 (quinze) dias corridos e/ou no prazo legal estabelecido para tanto, conforme aplicável;
- (f) contratação pela Emissora de outras dívidas que não as de longo prazo relativas à implantação do Projeto e as de capital de giro, conforme limite estabelecido no Plano de Negócios previsto no Anexo I;
- (g) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura, conforme o caso;

- (h) não obtenção, não renovação, perda ou extinção de qualquer aprovação, licença, permissão, registro ou autorização governamental necessária para que a Emissora desenvolva suas atividades e/ou desenvolva o Projeto e cumpra suas obrigações previstas nesta Escritura, não sanada no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis;
- (i) redução de capital social da Emissora;
- (j) fusão, cisão, incorporação da Emissora, e/ou reorganização societária, sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação ;
- (k) cessão, transferência ou alteração do controle da Emissora ou da Fiadora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (l) cessão ou transferência de participação do capital social da Emissora e/ou da Fiadora, a quaisquer pessoas que: (i) tenham sido condenadas pela realização de qualquer pagamento ilegal, sob qualquer forma, direto ou indireto, a qualquer representante ou funcionário de órgão governamental, nacional ou estrangeiro; e/ou (ii) tenham incorrido em outras despesas ilegais relacionadas à atividade política; e/ou (iii) tenham agido em desacordo com a legislação trabalhista relacionada a trabalho infantil e trabalho escravo; e/ou (iv) não estejam em dia com as obrigações relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- (m) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra a Fiadora em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se (i) o protesto foi cancelado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tomar ciência do protesto; (ii) os efeitos do protesto foram suspensos; ou, ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (n) inclusão da Emissora ou da Fiadora em qualquer cadastro de proteção ao crédito que não seja sanada ou declarada ilegítima no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data da referida inclusão, cujo valor, individual ou em conjunto, do fato que resultou em sua inclusão em referido cadastro de proteção ao crédito, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões reais);
- (o) a Emissora ou a Fiadora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas





por auditor independente registrado na CVM;

- (p) cessão, transferência, venda ou qualquer outra forma de alienação ou promessa de alienação, pela Emissora, de ativos (i) estratégicos que possam comprometer a operação da Emissora e/ou sua capacidade de pagamento das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura; ou (ii) que representem valor superior a 15% (quinze por cento) dos ativos totais da Emissora; ou (iii) que representem valor superior a 20% (vinte por cento) da receita total da Emissora; ou (iv) cujo efeito *pro forma* resulte em descumprimento dos Índices Financeiros;
- (q) observado o disposto no item 5.3. abaixo, existência de decisão desfavorável transitada em julgado em qualquer processo judicial ou arbitral em curso, no qual a Emissora ou a Fiadora figure como réu, que prejudique a capacidade da Emissora ou da Fiadora de cumprir com as obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura ou cujo efeito *pro forma* resulte em descumprimento dos Índices Financeiros;
- (r) sequestro, expropriação, desapropriação ou nacionalização da totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora ou da Fiadora;
- (s) alteração do objeto social da Emissora ou da Fiadora, conforme disposto em seus respectivos estatutos sociais, que: (i) altere de forma relevante as atividades atualmente praticadas e o ramo de negócios atualmente explorado pela Emissora ou pela Fiadora; e (ii) afete substancialmente a capacidade de cumprimento pela Emissora ou pela Fiadora de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (t) oneração ou constituição de qualquer gravame sobre as ações do capital social da Emissora (ressalvados os penhores concedidos nas operações de financiamento de longo prazo já contempladas no Projeto, conforme exposto no Anexo I a esta Escritura);
- (u) transformação da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) ausência de entrega de qualquer Relatório de Uso dos Recursos ou Relatório de Auditoria em forma, conteúdo e nas datas estabelecidas nesta Escritura, desde que tal evento não seja sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento pela Emissora de comunicação nesse sentido do Agente Fiduciário



ou dos Debenturistas;

- (w) ausência de obtenção ou ausência de manutenção, pela Emissora, da licença de operação do Projeto;
- (x) autuação, decisão ou ato administrativo de órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, que possa afetar significativamente a capacidade da Emissora ou da Fiadora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, desde que tal evento não seja sanado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados da ciência, pela Emissora ou pela Fiadora, de tal fato ou não seja apresentada defesa nos prazos previstos em lei e/ou regulamentação aplicáveis;
- (y) término ou cessação, pela Emissora ou pela Fiadora, de suas atividades empresariais ou adoção das medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;
- (z) solicitação, pela Emissora ou pela Fiadora, de moratória ou suspensão do pagamento de suas dívidas a qualquer credor, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (aa) descumprimento, pela Emissora ou pela Fiadora, de decisão judicial ou arbitral não sujeita a recurso ou sentença transitada em julgado em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (bb) acionamento de qualquer apólice de seguro de risco de construção e engenharia (*all risks*) contratada pela Emissora em valor, individual ou agregado, maior que 5% (cinco por cento) do ativo total da Emissora, sem que (i) os recursos da indenização paga por tais seguros sejam utilizados no Projeto; e (ii) havendo sobra após a utilização dos recursos da indenização no Projeto, tais sobras sejam aplicadas na amortização, ainda que parcial, das Debêntures, neste último caso mediante anuência de Debenturistas representando mais da metade das Debêntures em Circulação, excluindo-se dessas hipóteses as indenizações recebidas a título de lucros cessantes e responsabilidade civil;
- (cc) cessão, promessa de cessão a terceiros ou transferência, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações assumidas nesta Escritura salvo se tal transferência, cessão ou promessa de cessão for previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;





- (dd) constituição e formalização das Garantias em desacordo com os termos e prazos determinados nesta Escritura e nos respectivos instrumentos relacionados às Garantias;
- (ee) declaração de nulidade de qualquer das Garantias desde que tal evento não seja sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento pela Emissora de comunicação nesse sentido do Agente Fiduciário ou dos Debenturistas;
- (ff) prática de quaisquer atos em desacordo com o estatuto social da Emissora e/ou da Fiadora ou com esta Escritura que prejudique o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas nesta Escritura;
- (gg) descumprimento, pela Emissora, de qualquer dos índices financeiros abaixo mencionados, apurados com base nas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas relativas aos exercícios indicados nos itens abaixo, auditadas por auditores independentes registrados na CVM (“Índices Financeiros”):

(i) Dívida Líquida/EBITDA

| Dívida Líquida/EBITDA    |   |       |
|--------------------------|---|-------|
| 2014                     | ≤ | 6,0 x |
| De 2015 a 2017 inclusive | ≤ | 4,5 x |
| 2018 em diante           | ≤ | 3,5 x |

(ii) EBITDA/ Resultado Financeiro

| EBITDA/ Resultado Financeiro |         |
|------------------------------|---------|
| Entre 2014 e 2017            | ≥ 2,5 x |
| 2018 em diante               | ≥ 4,0 x |

- (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida considerando as demais dívidas do Projeto e desconsiderando o caixa inicial, a partir de 2014  $\geq 1,3X$  (“ICSD Mínimo”), conforme fórmula a seguir:

$$\text{Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)} = (A) / (B):$$

(A) Geração de Caixa

(+) EBITDA

(-) Imposto de Renda



(-) Contribuição Social

(+/-) Variação de Capital de Giro

*(B) Serviço da Dívida*

(+) Amortização de Principal de quaisquer dívidas, inclusive mútuos

(+) Pagamento de Juros de quaisquer dívidas, inclusive mútuos

(iv) Até 2017 (inclusive), pagamento de dividendos será apenas o mínimo exigido por lei e/ou o previsto no estatuto social da Emissora, neste último caso, conforme redigido na data desta Escritura ou em montante inferior.

(hh) concessão de mútuos pela Emissora a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, exceto sociedades que sejam por ela controladas;

(ii) distribuição de recursos aos acionistas da Emissora, sob qualquer forma, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura, ressalvados os dividendos mínimos previstos em lei e/ou estatuto social da Emissora;

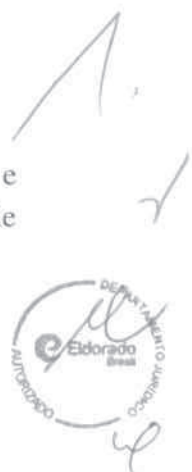
(jj) não comprovação da utilização do Valor Total da Emissão, nos termos do item 3.2;

(kk) redução de capital social da Fiadora de forma que resulte em incapacidade de cumprir com suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, ou que resulte em rebaixamento do *rating* da Emissora e do *rating* desta Emissão, ou que represente valor superior à 20% (vinte por cento) do seu capital social, sem prévia expressa anuência dos Debenturistas, observado o disposto no item (l) do item 5.1.2 acima; e

(ll) fusão, cisão, incorporação, e/ou reorganização societária da Fiadora, de forma que resulte em incapacidade de cumprir com suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, ou que resulte em rebaixamento do *rating* da Emissora e do *rating* desta Emissão, ou que represente valor superior à 20% (vinte por cento) do seu capital social, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas, observado o disposto no item (l) do item 5.1.2 acima.

5.1.2.1. Para os fins na alínea (gg) deste item 5.1.2., considera-se como:

(i) “Dívida Líquida”: somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, acrescida da rubrica de





operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira a dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, excluídas as disponibilidades reportado nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Emissora, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis;

- (ii) “EBITDA”: O lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras anuais consolidadas, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis; e
- (iii) “Resultado Financeiro”: Despesas financeiras menos as receitas financeiras conforme apurado nas demonstrações financeiras.

5.1.2.2. Após janeiro de 2013 ou após a adoção, pela Emissora, das novas regras contábeis seguindo os padrões estabelecidos pelo *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) que não permite a consolidação proporcional de *joint ventures*, o que ocorrer por último, serão aceitos cálculos *pro forma* para a apuração dos *covenants* financeiros previstos na alínea (gg) do item 5.1.2. acima, ficando sob responsabilidade da Emissora, elaborar e enviar ao Agente Fiduciário o cálculo da Dívida Líquida e do EBITDA *pro forma*.

5.1.2.3. Fica desde já estabelecido que a Dívida Líquida e o EBITDA *pro forma* serão calculados de maneira proporcional à participação da Emissora nas suas subsidiárias. A Emissora ficará obrigada a providenciar o envio de *compliance certificate* preparado por uma empresa de auditoria independente, previamente aprovado pelos Debenturistas, revisando os cálculos do EBITDA e Dívida Líquida e, conseqüentemente, atestando o cumprimento dos *covenants* financeiros estabelecidos na alínea (gg) do item 5.1.2. acima.

5.1.3. Caso os contratos de financiamento de longo prazo firmados ou que venham a ser firmados para fazer frente aos dispêndios previstos no Plano de Negócios apresentem obrigações mais restritivas que as previstas na Cláusula V desta Escritura, tais obrigações serão automaticamente incorporadas a esta Escritura, por meio de aditamento a ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data de celebração do contrato em questão, formalizado nos termos do item 2.2. desta Escritura.

5.2. Para o acionamento das cláusulas relativas aos itens que envolvem valores monetários, os respectivos valores deverão ser atualizados anualmente pelo IPCA desde a Data da Primeira Integralização até a data do respectivo evento.

5.3. Para fins de verificação da alínea “q” do item 5.1.2 acima, a Emissora obriga-se a encaminhar ao Agente Fiduciário, semestralmente, na data de publicação das demonstrações financeiras da Emissora, relatório confeccionado pelo(s) advogado(s) patrono(s) da(s) respectiva(s) causa(s) de todas as ações judiciais com decisão em primeira instância, com valor da causa acima de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), nas quais a Emissora ou a Fiadora figurem como réu, contendo o valor da causa atualizado, a atual fase da demanda, bem como a chance de êxito da mesma, a ser classificada como provável, possível e remota.

5.4. Na ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático indicados nas alíneas do item 5.1.2. acima, o Agente Fiduciário somente não declarará o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, nos termos da Cláusula IX abaixo.

5.5. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.4. acima por falta de quórum, mesmo após segunda convocação, ou (ii) de não ser alcançado o quórum mínimo para deliberação acerca do não vencimento antecipado, conforme item 5.4. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante imediato envio de notificação à Emissora neste sentido.

5.6. Em caso de vencimento antecipado das Debêntures em virtude da ocorrência de um ou mais eventos referidos nas alíneas dos itens 5.1.2. e 5.1.2 acima, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, de prêmio de 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento) incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, ou (ii) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, caso a Emissora tenha sido intimada a comparecer à mencionada Assembleia Geral de Debenturistas, independentemente de ter comparecido ou assinado a ata da referida Assembleia Geral de Debenturistas.

5.7. O resgate das Debêntures de que trata o item 5.6. acima, assim como o pagamento



de tais Debêntures serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Agente Escriturador, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, observado o prazo disposto nos itens 5.6. e 5.7. acima.

5.8. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, da realização do referido resgate, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.9. A Assembleia de Debenturistas deverá ser realizada conforme o disposto na Cláusula IX abaixo.

## **CLÁUSULA VI**

### **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS**

#### **6.1. Obrigações Adicionais da Emissora:**

6.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir, conforme aplicável, as disposições abaixo:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (i) com a maior brevidade possível, qualquer informação existente relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada por escrito, pelo Agente Fiduciário;
  - (ii) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas dos itens 5.1.1. e 5.1.2. desta Escritura (Eventos de Vencimento Antecipado Automático e Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático), no prazo de até 1 (um) Dia Útil após a data em que tomar ciência de sua ocorrência;
  - (iii) em até 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, (i) cópia, em meio eletrônico, das demonstrações financeiras completas da Emissora, relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e do relatório da administração, bem como parecer dos auditores independentes quanto ao cálculo dos Índices Financeiros; (ii) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; e (iii) cópia de



- qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora;
- (iv) em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada trimestre encerrado em março, junho, setembro e dezembro de cada ano fiscal, cópia, em meio eletrônico, das informações financeiras da Emissora relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e do relatório da administração, bem como parecer dos auditores independentes quanto ao cálculo dos Índices Financeiros;
  - (v) cópia de alterações estatutárias ocorridas na Emissora e de atas de assembleias gerais de acionistas que, de alguma forma, direta ou indiretamente, envolvam os interesses dos Debenturistas, em até 2 (dois) Dias Úteis após a respectiva realização de tais eventos;
  - (vi) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento, judicial ou administrativo, em valor equivalente a, no mínimo, R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), em até 05 (cinco) Dias Úteis após o oferecimento de qualquer forma de defesa;
  - (vii) em até 5 (cinco) dias úteis, na ocorrência da hipótese mencionada no item "q" do item 5.1.2, encaminhar aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário suas demonstrações financeiras *pro forma*, assinadas por representante legal da empresa e por contabilista com registro válido no Conselho Regional de Contabilidade, bem como a memória de cálculo dos Índices Financeiros;
  - (viii) relatório trimestral de utilização dos recursos no respectivo período ("Relatório Informativo"), em até 20 (vinte) dias corridos após o término do trimestre encerrado nos meses de março, julho, setembro e dezembro, observada a obrigação do Agente Fiduciário encaminhar aos Debenturistas o respectivo relatório em até 1 (um) Dia Útil contado de seu recebimento. O Relatório Informativo deverá ser preparado pela Emissora e conterá: (i) identificação e características do Projeto realizado com os recursos oriundos da Emissão; (ii) setor em que se insere o Projeto; (iii) localização do Projeto; (iv) número de empregos diretos e indiretos originados pelo Projeto; (v) valor proveniente desta



emissão utilizado; (v) outros benefícios (sociais, econômicos, regionais) gerados com a implantação do Projeto; (vi) atualização do estágio e previsão de conclusão de todos os Projetos. Os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, poderão solicitar, a qualquer momento, a seu exclusivo critério, os comprovantes dos investimentos relacionados no Relatório Informativo e os comprovantes de tais despesas, sendo que a Emissora terá o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, a contar do recebimento do respectivo requerimento, para disponibilizar os comprovantes solicitados, sendo certo que esse prazo poderá ser prorrogado, mediante anuência do Agente Fiduciário, conforme orientação dos Debenturistas, em virtude do volume da documentação solicitada;

- (ix) enviar semestralmente ao Agente Fiduciário, até os dias 20 de julho e 20 de janeiro de cada ano (sendo o primeiro envio em 20 de janeiro de 2013), o Relatório de Uso dos Recursos, nos termos do item 4.9.1 desta Escritura;
- (x) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas a que se referem os incisos (iii) e (iv) acima, demonstração do cálculo dos Índices Financeiros realizado pela Emissora para acompanhamento pelo Agente Fiduciário, explicitando todas as rubricas necessárias à sua apuração, acompanhada de declaração assinada por Diretor competente atestando a fidelidade dos itens utilizados no referido cálculo com relação às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e validade dos Índices Financeiros calculados, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduzirá nenhum procedimento de verificação independente ou adicional do cumprimento dos Índices Financeiros, exceto pelo recebimento das informações mencionadas no presente item;
- (xi) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e todos os atos societários da Emissora necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM 28 (conforme definido abaixo), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos do encerramento do prazo para disponibilização deste na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e

integrantes de bloco de controle, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social; e

- (xii) fornecer ao Agente Fiduciário, dentro dos prazos estipulados nesta Escritura, comprovação; (i) do atendimento aos requisitos previstos no item 2 desta Escritura (Requisitos), (ii) da devida constituição das Garantias; e (iii) da formalização e registro das Garantias.
- (b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (c) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
  - (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
  - (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria independente, por auditor registrado na CVM;
  - (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (iv) manter os documentos mencionados no subitem “iii” acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 (“Instrução CVM nº 358”), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358, comunicando imediatamente o Coordenador Líder; e





- (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.
- (d) enviar à CETIP (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nos subitens “iii” e “vi” da alínea “c” acima; (ii) as informações exigidas por esta entidade no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de notificação nesse sentido; e (iii) atender integralmente as demais obrigações provenientes da CETIP;
- (e) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (f) cumprir todas as determinações da CVM e da CETIP, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (g) não distribuir dividendos, exceto os obrigatórios por lei e/ou aqueles previstos no estatuto social da Emissora, juros sobre o capital próprio ou distribuição de quaisquer valores às acionistas da Emissora sem que seja observado o quanto segue: (i) atendimento dos Índices Financeiros estabelecidos nesta Escritura; e (ii) a Emissora esteja adimplente com suas obrigações pecuniárias previstas na presente Escritura;
- (h) aplicar os recursos recebidos em razão da Emissão unicamente para a execução do Projeto, de acordo com o disposto no item 3.2. desta Escritura;
- (i) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe ou possa vir a ocasionar modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 3.2. desta Escritura, hipótese em que o Agente Fiduciário deverá comunicar, imediatamente, tal fato aos Debenturistas e declarar, se for o caso, o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da alínea “b” do item 5.1.2. desta Escritura;
- (j) com exceção dos pagamentos decorrentes dos Mútuos da Fiadora, conforme definidos nos termos do inciso (p) do item 7.1, não efetuar qualquer pagamento de mútuo ao seus acionistas, diretos e indiretos, sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas;
- (k) permitir, em Dias Úteis e no horário normal de trabalho, sem qualquer custo adicional para o Agente Fiduciário e/ou para os Debenturistas, a inspeção das obras do Projeto por parte de representantes do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas;

- (l) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (m) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura, das Debêntures e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva, fato este que deverá ser comunicado imediatamente aos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário;
- (n) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social, esta Escritura, o Contrato de Fiança Bancária ou outro instrumento relacionado à presente Emissão;
- (o) manter em vigor seguros de acordo com as práticas de mercado, e enviar anualmente ao Agente Fiduciário cópia das respectivas apólices;
- (p) encaminhar quaisquer notificações referentes a aspectos do Projeto que impliquem em um Impacto Adverso Relevante (conforme definido abaixo) em, no máximo, 3 (três) dias corridos após o recebimento das referidas notificações, bem como encaminhar as respectivas respostas, em até 05 (cinco) dias corridos contados da data do respectivo envio;
- (q) não constituir, sem o prévio consentimento dos Debenturistas, garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, ressalvadas (i) as garantias prestadas nas operações de financiamento de longo prazo já contempladas no Plano de Negócios; (ii) gravames incidentes sobre bens que garantam o financiamento incorrido especificamente para a aquisição daquele bem, desde que, o valor garantido não exceda o valor da aquisição do bem ou a dívida incorrida especificamente para a aquisição daquele bem; (iii) gravames vigentes na data de celebração desta Escritura, e qualquer renovação, extensão ou substituição correspondente, desde que o valor total da dívida garantida não exceda o valor garantido nesta data; e (iv) garantias prestadas no financiamento de suas exportações, importações ou outras transações comerciais relacionadas ao curso regular de suas atividades, desde que tais garantias não excedam os valores dos contratos de financiamento autorizados por essa Escritura;



- (r) encaminhar para os Debenturistas e para o Agente Fiduciário, sempre que solicitado, dentro do prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data do recebimento da referida solicitação, cópia de todos os documentos relevantes razoavelmente solicitados em relação ao Projeto;
- (s) contratar e manter contratada, conforme o caso, às suas expensas, a Standard&Poors e/ou qualquer outra agência classificadora de risco de renome internacional em funcionamento no País a Standard&Poors para (a) manter atualizado o relatório de classificação de risco (*rating*), sem condicionantes, das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até a Data de Vencimento ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, o que ocorrer primeiro, bem como dar ampla divulgação de tal avaliação ao mercado, desde que assim solicitado pelos Debenturistas e (b) assegurar que sejam entregues ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco em até 15 (quinze) dias corridos após sua elaboração; caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir o relatório, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário que convocará uma Assembleia Geral de Debenturistas para que seja definida a nova agência;
- (t) convocar, nos termos desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (u) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas para assegurar-lhes tratamento eficiente;
- (v) reembolsar ou efetuar adiantamentos, conforme o caso, aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário na hipótese de lhes serem aplicadas multas ou penalidades e indenizá-los, após decisão judicial transitada em julgado, pelos danos apurados e/ou derivados da referida decisão;
- (w) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças, inclusive ambientais, pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas estabelecidas nessas licenças ou definidas em termos de ajuste de conduta;
- (x) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, em relação aos

quais existam decisões judiciais ou administrativas que tenham suspenso a exigibilidade de tais obrigações, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

- (y) enquanto houver Debêntures em Circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (z) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário, o Agente Escriurador, a agência de classificação de risco internacional e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP);
- (aa) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (bb) providenciar reuniões entre sua diretoria financeira e operacional e representantes dos Debenturistas sobre o andamento do Projeto, se solicitado pelos Debenturistas;
- (cc) manter verdadeiras, completas e corretas as declarações e garantias constantes desta Escritura e, notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, caso quaisquer das declarações e garantias apresentadas nesta Escritura e no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (dd) no caso de existir a necessidade de redução do quadro de pessoal da Emissora e/ou do Projeto, oferecer aos trabalhadores a serem dispensados programa de treinamento voltado para oportunidades de trabalho na região em que exerciam suas funções e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido aos Debenturistas, para apreciação, documento(s) que especifique(m) e ateste(m) a conclusão das negociações realizadas com a(s) competente(s) representação(ções) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;
- (ee) zelar para que os trabalhadores da Emissora estejam com suas situações devidamente adequadas à luz da legislação trabalhista e previdenciária em vigor, com a devida formalização dos contratos de trabalho e regularização





das Carteiras de Trabalho e Previdência Social, bem como cumprir as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor;

- (ff) cumprir pontualmente suas obrigações junto ao FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- (gg) não utilizar, em suas atividades normais e vinculadas a seu objeto social, formas nocivas ou de exploração de trabalho forçado e/ou mão de obra infantil. Por trabalho forçado, entende-se todo trabalho e serviço, executado de forma não voluntária, que é obtido de um indivíduo sob ameaça de força ou punição. Por mão de obra infantil, entende-se contratação de crianças, exploração econômica, ou que tem probabilidade de oferecer perigo, interferir com a educação da criança, ou ser prejudicial à saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança;
- (hh) contribuir para a preservação do meio ambiente nas operações que envolvam obras civis mantendo, sempre que possível, a vegetação nativa ou efetuando o plantio de mudas de árvores nativas da região, observando o solo, clima e o local em que serão plantadas;
- (ii) utilizar na execução de seus projetos, na medida do possível, equipamentos voltados para a preservação do meio ambiente;
- (jj) orientar, cobrar e fiscalizar o executor de obras de seus projetos para que este adote as seguintes providências, de forma a favorecer à preservação ambiental: (i) minimizar os impactos da obra no meio ambiente, (ii) aproveitar, passivamente, os recursos naturais do ambiente local, (iii) realizar a gestão e economia de água e energia na construção, (iv) promover o uso racional dos materiais de construção, (v) arborizar e estimular o plantio de árvores nas áreas de intervenção, e (vi) promover discussões e difundir entre seus membros conhecimentos sobre reaproveitamento de materiais, uso racional dos recursos naturais, medidas alternativas de baixo custo de aquecimento de água/materiais degradáveis para construção/outros, riscos decorrentes da não preservação ambiental e demais questões pertinentes;
- (kk) não alterar o Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva ou Contrato de Fiança Bancária, se for o caso, sem o prévio consentimento dos Debenturistas;

- (ll) apresentação aos Debenturistas do extrato emitido pelo Agente Escriturador e/ou pela CETIP (quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND), conforme o caso, que comprove a titularidade das Debêntures pelos Debenturistas em até 2 (dois) dias após a integralização;
- (mm) encaminhar quaisquer notificações referentes a aspectos do Projeto que impliquem em um Impacto Adverso Relevante em, no máximo, 3 (três) dias corridos após o recebimento das referidas notificações, bem como encaminhar as respectivas respostas, em até 05 (cinco) dias corridos contados da data do respectivo envio;
- (nn) comprovar o depósito de recursos na Conta Reserva em montante equivalente a, no mínimo, o valor do próximo pagamento dos Juros Remuneratórios e da Amortização vincenda corrigida pela Atualização Monetária dos últimos 12 (doze) meses, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da Data da Primeira Integralização; e
- (oo) não alterar a sua composição do capital social, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

## 6.2. Obrigações Adicionais da Fiadora:

6.2.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, até o integral pagamento das Debêntures, a Fiadora obriga-se a cumprir as disposições abaixo:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (i) com a maior brevidade possível, qualquer informação existente e razoável relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito, pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas;
  - (ii) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas dos itens 5.1.1 e 5.1.2 desta Escritura (Eventos de Vencimento Antecipado Automático e Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático), conforme aplicáveis, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;
  - (iii) em até 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, (i) cópia, em meio eletrônico, das demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado,



acompanhadas de parecer dos auditores independentes e do relatório da administração; (ii) declaração dos administradores de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; e (iii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Fiadora;

- (iv) em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada trimestre fiscal, cópia eletrônica das informações financeiras relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e do relatório da administração;
  - (v) cópia de fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas, atas de assembleias gerais de acionistas e reuniões do Conselho de Administração que, de alguma forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, em até 2 (dois) Dias Úteis após a respectiva realização de tais eventos;
  - (vi) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Fiadora envolvendo procedimento, judicial ou administrativo, em valor equivalente a, no mínimo, R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), em até 05 (cinco) Dias Úteis após o oferecimento de qualquer forma de defesa; e
  - (vii) até o dia 30 de junho do ano subsequente ao término de cada exercício social, considerado como término do exercício social a data de 31 de dezembro de cada ano, documentos que comprovem a capacidade financeira da Fiadora e as participações acionárias detidas na Emissora e em suas subsidiárias.
- (b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- (c) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM, conforme aplicáveis;

- (d) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria independente, por auditor registrado na CVM;
- (e) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (f) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Fiadora que prejudique o cumprimento, pela Fiadora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e/ou das Debêntures, fato este que deverá ser comunicado imediatamente aos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário;
- (g) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social, esta Escritura ou outro instrumento relacionado à presente Emissão;
- (h) manter em vigor seguros de acordo com as práticas de mercado, e enviar anualmente ao Agente Fiduciário cópia das respectivas apólices, conforme aplicável;
- (i) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Fiadora na esfera judicial ou administrativa, em relação aos quais existam decisões judiciais ou administrativas que tenham suspenso a exigibilidade de tais obrigações, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (j) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (k) realizar os pagamentos devidos nos termos do item 4.5.1. desta Escritura;
- (l) cumprir pontualmente suas obrigações junto ao FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- (m) não utilizar, em suas atividades normais e vinculadas a seu objeto social, formas nocivas ou de exploração de trabalho forçado e/ou mão de obra infantil. Por trabalho forçado, entende-se todo trabalho e serviço, executado de forma não voluntária, que é obtido de um indivíduo sob ameaça de força ou punição. Por mão de obra infantil, entende-se contratação de crianças, exploração econômica, ou que tem probabilidade de oferecer perigo,



interferir com a educação da criança, ou ser prejudicial à saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança; e

- (n) não alterar a sua composição do capital social de forma que resulte em incapacidade de cumprir com suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, ou que resulte em rebaixamento do *rating* da Emissora e do *rating* desta Emissão, ou que represente valor superior à 20% (vinte por cento) do seu capital social, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

6.3. Para fins desta Cláusula VI, “Impacto Adverso Relevante” significa a ocorrência de um evento que afete adversamente (i) as operações, os ativos, os negócios, a situação financeira e econômica ou as perspectivas da Emissora e/ou da Fiadora; (ii) a validade ou exequibilidade dos documentos da Emissão; e (iii) em razão da ocorrência de qualquer dos eventos referidos nos itens (i) e (ii) acima, afete a capacidade da Emissora e/ou da Fiadora de cumprir e observar qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva ou, se for o caso, no Contrato de Fiança Bancária, conforme aplicável.

6.4. Sem prejuízo do disposto nos itens 6.1 e 6.2 acima, a Emissora se compromete a apresentar aos Debenturistas, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou documentos referentes à Emissora e/ou ao Plano de Negócios.

- (a) As referidas solicitações serão feitas em nome dos Debenturistas, por meio de seus gestores, devido a demandas provenientes dos seguintes órgãos/entidades, sem prejuízo de outros: Conselho Curador, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União e/ou outros órgãos e entidades responsáveis pela administração, gestão e/ou fiscalização dos recursos dos Debenturistas; e
- (b) O prazo para envio das informações e/ou documentos será estabelecido individualmente na época de cada solicitação, a qual poderá ser feita mediante o envio de correspondência, observados os termos do item 10.6.

## CLÁUSULA VII DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. A Emissora, neste ato, declara e garante que:

- (a) é uma sociedade validamente organizada, constituída e existente em conformidade com a legislação brasileira, e possui plena capacidade para o desenvolvimento de seu objeto social e para exercer os direitos e assumir as

obrigações decorrentes desta Escritura;

- (b) está devidamente autorizada e obteve todos os registros e autorizações necessários (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura e das Garantias, bem como à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) esta Escritura e cada um dos documentos da Emissão constituem, e cada um dos documentos a serem entregues nos termos desta Escritura constituirão obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tais obrigações não se encontram subordinadas a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (e) a celebração desta Escritura não infringe seu estatuto social ou qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (f) a celebração desta Escritura não infringe qualquer (i) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades; (ii) contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; ou (iii) obrigação anteriormente assumida pela Emissora, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (g) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (h) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado,



apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora e não houve declaração ou pagamento, pela Emissora, de dividendo ou distribuição de qualquer natureza relativa a qualquer espécie de ação de seu capital social;

- (i) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras ou de outra forma informados por escrito ao Agente Fiduciário, a Emissora não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, incluindo, sem limitação, de natureza ambiental, envolvendo a Emissora e seus acionistas perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro referentes ao Projeto;
- (j) foram encaminhados aos Debenturistas todos os estudos, relatórios ambientais, sociais, de saúde e segurança, relacionados de forma relevante ao Projeto, e tais informações são verdadeiras e completas;
- (k) encontra-se adimplente no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais;
- (l) a Emissora não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (m) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura e nos demais instrumentos relacionados à presente Emissão;
- (n) na data de liquidação das Debêntures e, imediatamente após, a Emissora, após ter realizado a emissão das Debêntures, será solvente, nos termos da

legislação brasileira; e

- (o) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (p) exceto pelos seguintes mútuos celebrados entre a Emissora e a Fiadora (i) em 1º de fevereiro de 2012, conforme aditado, no valor de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), e (ii) em 12 de fevereiro de 2012, no valor de até 12.894.882,23 (doze milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, oitocentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos) ("Mútuos com a Fiadora"), não há qualquer outro mútuo entre a Emissora, a Fiadora e seus acionistas, diretos e indiretos; e
- (q) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento.

7.2. A Fiadora, neste ato, declara e garante que:

- (a) é uma sociedade validamente organizada, constituída e existente em conformidade com a legislação brasileira, e possui plena capacidade para o desenvolvimento de seu objeto social e para exercer os direitos e assumir as obrigações decorrentes desta Escritura;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todos os registros e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura, bem como ao cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto, conforme aplicável;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Fiadora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) esta Escritura e cada um dos documentos da Emissão constituem, e cada um dos documentos de que seja parte a serem entregues nos termos desta



Escritura constituirão obrigação legal, válida, vinculante e exigível, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tais obrigações não se encontram subordinadas a qualquer outra dívida, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;

- (e) a celebração desta Escritura não infringe seu estatuto social ou qualquer lei ou qualquer restrição contratual que o vincule ou o afete;
- (f) a celebração desta Escritura não infringe qualquer (i) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Fiadora ou qualquer de seus bens ou propriedades; (ii) contrato ou instrumento do qual a Fiadora seja parte; ou (iii) obrigação anteriormente assumida pela Fiadora, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (g) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (h) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras ou de outra forma informados por escrito ao Agente Fiduciário, a Fiadora não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, incluindo, sem limitação, de natureza ambiental, envolvendo a Fiadora e seus acionistas perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro referentes ao Projeto que possam causar um Impacto Adverso Relevante;
- (i) encontra-se adimplente no cumprimento de todos os aspectos relevantes das leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais;
- (j) exceto pelos Mútuos com a Fiadora, não há qualquer mútuo entre a Emissora, a Fiadora e seus acionistas, diretos e indiretos;
- (k) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos

termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

- (l) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura e nos demais instrumentos relacionados à presente Emissão, de que seja parte; e
- (m) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado, apresentam de maneira adequada a sua situação financeira nas aludidas datas e os seus resultados operacionais referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhuma alteração que impossibilite ou impacte, de forma negativa e materialmente relevante, a situação financeira e os resultados operacionais em questão.

7.3. A Emissora e a Fiadora obrigam-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis e devidamente comprovados) comprovadamente incorridos pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade, inconsistência, imprecisão ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula VII.

## CLÁUSULA VIII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

### 8.1. Do Agente Fiduciário

A Emissora neste ato constitui e nomeia a **BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário desta Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar os Debenturistas perante a Emissora.

### 8.2. Remuneração do Agente Fiduciário



Será devida, pela Emissora, ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração equivalente a:

- (i) R\$18.000,00 (dezoito mil reais), sendo a primeira parcela devida em 05 (cinco) Dias Úteis após a assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
- (ii) o pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverão ser feitos ao Agente Fiduciário acrescidos dos valores relativos aos impostos incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), IR (Imposto de Renda) e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos, multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;
- (iii) as parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada “pro rata temporis”;
- (iv) caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional que será negociada entre Emissora e Agente Fiduciário por hora-homem de trabalho dedicado (a) a assessoria aos Debenturistas, (b) ao comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas, (c) a implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora, e (d) a execução das Garantias ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado;
- (v) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido;

(vi) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros; e

(vii) a remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros.

### 8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, os Debenturistas escolherão novo agente fiduciário, devendo a Emissora ser notificada, por escrito, de referida nomeação.

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, inclusive no caso da alínea “b” do item 8.4.1 abaixo, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.2.1. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores.

8.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser arquivado na JUCESP, nos termos do item 2.2. acima.

8.3.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de



assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

8.3.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração pelos serviços a serem por este prestados. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M - Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

8.3.6. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 8.3, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão, a Emissora e a Fiadora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura.

8.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

#### 8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou

de qualquer outra modalidade de inaptidão;

- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (d) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos na JUCESP e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (e) acompanhar anualmente a manutenção dos Índices Financeiros previstos nesta Escritura e a ocorrência dos eventos previstos nas alíneas dos itens 5.1.1 e 5.1.2 desta Escritura e informar imediatamente os Debenturistas qualquer descumprimento dos referidos Índices Financeiros ou da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (f) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (g) verificar a regularidade da constituição das Garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (h) intimar a Emissora a reforçar as Garantias dadas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (i) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (j) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado por qualquer Debenturista, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas Trabalhistas, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e da Fiadora;
- (k) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter,



ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida em informações divulgadas pela Emissora; (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado, observado o disposto na Instrução CVM 476; (v) acompanhamento da destinação dos recursos captados através desta Emissão, de acordo com os dados obtidos junto a administradores da Emissora; (vi) cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; (vii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; (viii) amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (ix) relação dos bens e valores entregues à sua administração, bem como declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias; e (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28 (conforme definido abaixo);

- (l) enviar aos Debenturistas o relatório de que trata a alínea “k” acima, no prazo máximo de 2 (dois) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, bem como disponibilizá-lo, no mesmo prazo, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
  - (iii) na CVM;
  - (iv) na CETIP; e
  - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (m) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;

- (n) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (o) solicitar, quando considerar necessário e às expensas da Emissora, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que comprove a necessidade de realização da referida auditoria;
- (p) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, conforme item 10.6. acima;
- (q) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (r) comunicar, às expensas da Emissora, aos Debenturistas, na forma do item 10.6. desta Escritura, que o relatório mencionado na alínea “k” acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “l” acima;
- (s) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (t) notificar os Debenturistas, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CETIP e à CVM;
- (u) encaminhar, aos Debenturistas, os relatórios citados dos itens 4.9.1, 4.9.2 e 6.1.1 alínea (a) item (vii) acima, em até 1 (um) dia útil contado de seu recebimento pelo Agente Fiduciário;
- (v) acompanhar em cada Datas de Amortização e em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura;
- (w) encaminhar, aos Debenturistas, cópia das demonstrações financeiras da Emissora e da Fiadora, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de



seu recebimento, pelo Agente Fiduciário;

- (x) comunicar o Agente Fiduciário acerca da declaração de vencimento antecipado das Debêntures;
- (y) consultar os Debenturistas previamente à tomada de qualquer decisão relacionada à esta Escritura e às Garantias;
- (z) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões constantes de tais informações; e
- (aa) disponibilizar o Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado pela Emissora, e divulgá-lo aos Debenturistas e participantes do mercado em sua página na rede mundial de computadores ou sempre que solicitado.

8.4.2. Para fins de atendimento ao disposto previsto na alínea (t) do item 8.4.1 acima, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive, referente à divulgação, a qualquer momento, da posição das Debêntures e de seus respectivos titulares.

## 8.5. Despesas

8.5.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e custos praticados no mercado que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.5.2. O ressarcimento a que se refere o item 8.5.1 acima será efetuado em até 10 (dez) dias corridos, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.5.3. No caso de vencimento antecipado e/ou inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, somente poderão ser incorridas pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos Debenturistas se previamente aprovadas pela totalidade dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para tal fim, observada a obrigatoriedade de ressarcimento, pela Emissora, dos valores aqui mencionados, conforme previsto em lei, desde que devidamente comprovados os respectivos gastos. As despesas referidas neste item, se aprovadas por todos os Debenturistas, incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos

Debenturistas. Todos os custos e despesas referidos neste item serão de inteira responsabilidade da Emissora, não estando o Agente Fiduciário obrigado pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos aqui referidos se os mesmos não forem previamente aprovados pelos Debenturistas.

8.5.4. As despesas a que se refere este item 8.5 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões;
- (iii) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e
- (iv) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.5.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nesta Cláusula, será acrescido às dívidas da Emissora oriundas das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

#### 8.6. Atribuições Específicas

8.6.1. Observadas as disposições da presente Escritura, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto na Cláusula V acima;
- (b) executar as Garantias constituídas em benefício dos Debenturistas, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos valores devidos aos Debenturistas e, após o pagamento de todos os valores devidos, restituir os eventuais valores não utilizados na excussão das Garantias à Emissora ou à Fiadora, conforme o caso;



- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (e) tomar todas as providências necessárias para exercício de seus direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito das Garantias; e
- (f) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

8.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (e) do item 8.6.1 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação assim o autorizarem. Na hipótese da alínea "f", será necessário a deliberação da maioria dos Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação.

#### 8.7. Declarações.

8.7.1 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica, nesta Escritura e no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva;
- (b) aceita integralmente esta Escritura e o Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva, e todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e o Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura e do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da

Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;

- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora e/ou com a Fiadora que o impeça de exercer suas funções;
- (i) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura e no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva, na Data de Emissão, especialmente, a regularidade das Garantias, nos termos no inciso (ix) do artigo 12 da Instrução CVM 28, baseado nas informações prestadas pela Emissora e pela Fiadora, e observará a manutenção da sua suficiência e exequibilidade;
- (k) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (l) conforme exigência do artigo 12, XVII, alínea “k” da Instrução CVM 28, não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão pública ou privada da Emissora, ou sociedade coligada, controlada ou integrante do mesmo grupo da Emissora; e
- (m) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os Debenturistas desta Emissão.

**CLÁUSULA IX**  
**DA ASSEMBLEIA GERAL**



À Assembleia Geral de Debenturistas, aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações e as disposições expressas nesta Escritura (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

#### 9.1. Convocação

9.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

9.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos e máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data da primeira publicação da convocação. As Assembleias Gerais de Debenturistas em segunda convocação somente poderão ser realizadas em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos e, no máximo, 10 (dez) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

9.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.1.5. Não será admitida na Assembleia Geral de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

#### 9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

9.2.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

### 9.3. Quorum de Deliberação

9.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto nos itens 9.3.2 a 9.3.4 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

9.3.2. Não estão incluídos no quorum referido no item 9.3.1 acima:

- (a) os quoruns expressamente previstos em outros itens desta Escritura;
- (b) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação: (i) da Remuneração; (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; e/ou (iii) da espécie das Debêntures, observado, ainda, que tais alterações poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora; e
- (c) a renúncia a direitos dos Debenturistas previstos nesta Escritura, que dependerá da aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação.

9.3.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições deste



item 9.3 deverão ser aprovadas, em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, sem prejuízo do disposto no item 9.3.4 a seguir.

9.3.4. A partir da data em que o subscritor das Debêntures deixar de ser o único titular de Debêntures desta Emissão, os quóruns para deliberação previstos nos itens 9.3.2 e 9.3.3. desta Escritura serão alterados para 75% (setenta e cinco por cento), não havendo necessidade de aditamento a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

#### 9.4. Mesa Diretora

A presidência da assembleia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures em Circulação ou àquele que for designado pela CVM.

### CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

#### 10.1 Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

#### 10.2 Custos

10.2.1 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como de seus eventuais aditamentos, do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva, do Contrato de Fiança Bancária e dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.2.2 Todos os custos incorridos com assessores legais, técnicos, financeiros e de engenharia contratados para prestar serviço aos Debenturistas serão arcados pela Emissora.

10.2.3 Todas as despesas relacionadas à emissão das Debêntures, dentre elas, custos com agente fiduciário, assessores legais, banco mandatário, *rating*, registro na CETIP, despesas de registro em cartório, e despesas legais decorrentes da emissão das Debêntures deverão ser pagas pela Emissora.

### 10.3 Irrevogabilidade

Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo nas hipóteses de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, ou não cumprimento das condições precedentes no prazo estipulado no item 4.1.12 obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

### 10.4 Independência das Disposições da Escritura

10.4.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4.2. Os títulos das Cláusulas e itens desta Escritura são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura.

### 10.5 Título Executivo Extrajudicial

Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força desta Escritura poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

### 10.6 Comunicações

10.6.1 Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no DOESP e no jornal Estado de São Paulo.

10.6.2 As comunicações a serem enviadas para a Emissora, o Agente Fiduciário, a CETIP ou à Fiadora, nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:



Para a Emissora

**Eldorado Brasil Celulose S.A.**

Endereço: General Furtado do Nascimento, n.º 66  
CEP: 05465-070 – São Paulo-SP  
Telefone: 11 2505-0216  
Fax: 11 2505-0440  
At.: Sr. Daniel Mathias Alves Pinto  
E-mail: daniel.mathias@eldoradobrasil.com.br

Para o Agente  
Fiduciário

**BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Endereço: Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar (parte), Itaim Bibi  
CEP: 01451-011 – São Paulo /SP  
Telefone: 11 3133-0350  
Fax: 11 3133-0360  
At.: Monitoramento / Controle  
E-mail: monitoramento@brltrust.com.br /  
controle@brltrust.com.br

Para a CETIP:

**Cetip S.A. – Mercados Organizados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663 – 1º andar  
CEP: 01452-001 – São Paulo/SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564  
E-mail: valores.mobiliários@cetip.com.br

Se para Fiadora

**J&F Participações S.A.**

Endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2391, 2º andar, conj.  
22, sala 01,  
CEP: 01452-000  
Telefone: 11 2505-0415  
Fax: 11 2505-0385  
At.: Sr. Antônio da Silva Barreto Junior  
E-mail: antonio.barreto@fjholding.com.br

10.6.3 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da

mensagem.

10.6.4 A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

10.6.5 Observadas as restrições de negociação previstas nesta Escritura, caso os subscritores das Debêntures negociem as Debêntures em mercados regulamentados de valores mobiliários, a comprovação do cumprimento de todas as obrigações e as comunicações a serem enviadas pela Emissora previstas nesta Escritura serão realizadas exclusivamente entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas.

#### 10.7 Sucessão

Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

#### 10.8 Aditamentos

Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser inscritos e averbados na Junta Comercial e cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, conforme previsto nesta Escritura.

#### 10.9 Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

#### 10.10 Cessão

A Emissora não poderá alienar ou ceder esta Escritura, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura, sem o consentimento prévio e por escrito de 85% (oitenta e cinco por cento) dos Debenturistas.

#### 10.11 Eleição de Foro

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura, em 05 (cinco)



vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 29 de novembro de 2012



*Página de assinaturas 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória*

**ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.**



Nome: **José Carlos Grubisich Filho**  
Cargo: **Diretor Presidente**  
CPF: **931.524.778-72**



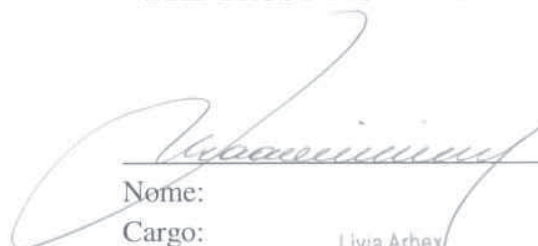
Nome: **Marcos Paletta Camara**  
Cargo: **Diretor Financeiro**  
CPF: **642.311.196-00**





*Página de assinaturas 2/4 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória*

**BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Livia Arbex  
Departamento Jurídico

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_









*Página de assinaturas 3/4 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória*

**J&F PARTICIPAÇÕES S.A.**

Nome: **Joesley Mendonça Batista**  
Cargo: **RG. 54.852.547-X SSP/SP**  
**CPF. 376.842.211-91**

Nome:  
Cargo



Página de assinaturas 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória

**TESTEMUNHAS:**

Nome: PAULO CÉSAR PEREIRA DA SILVA  
Cargo: 041.649/388/70

Nome: Carolina de Mattos Pacheco  
Cargo: RG: 34.569.816-2  
CPF: 227.926.028-05



**ANEXO I**  
**Projeto e Plano de Negócios**

**Item A – Itens Elegíveis – FI-FGTS**

| USOS  | Em R\$ mil       |
|---|------------------|
| <b>SANEAMENTO</b>   | <b>470.501</b>   |
| Captação Adutor e Emissário   | 56.225           |
| Estação de tratamento de Água   | 102.104          |
| Estação de tratamento de Água de Caldeira                                 | 51.680           |
| Estação de Tratamento de Efluentes  | 238.732          |
| <b>ATERRO INDUSTRIAL</b>  | <b>21.759</b>    |
| <b>PACOTE LOGÍSTICA</b>   | <b>829.143</b>   |
| HIDROVIÁRIO CELULOSE  | 97.276           |
| TERM. RODO-FERROVIÁRIO  | 51.800           |
| TERM. HIDRO-FERROVIÁRIO   | 44.000           |
| TERMINAL PORTO DE SANTOS  | 177.400          |
| LOGISTICA GERAL (vagões, locomotivas, reforma e adequação via permanente) | 345.204          |
| SISTEMA VIÁRIO  | 113.463          |
| <b>Total</b>  | <b>1.299.644</b> |

| FONTES          | Em R\$ mil       | %           |
|-----------------|------------------|-------------|
| FI-FGTS         | 940.000          | 72,33%      |
| Capital Próprio | 359.644          | 27,67%      |
| <b>Total</b>    | <b>1.299.644</b> | <b>100%</b> |




**Item B – Dívidas de Longo Prazo referentes à implantação do Projeto  
(Planta Eldorado)**

| Dívida Longo Prazo |           |         |
|--------------------|-----------|---------|
| Em R\$ mil         |           |         |
| Data               | BNDES     | ECAs    |
| 2011               | 738.395   | -       |
| 2012               | 1.988.224 | 795.603 |
| 2013               | 436.910   | 98.687  |
| 2014               | 126.055   | -       |
| 2015               | 138.129   | -       |
| 2016               | 122.781   | -       |
| 2017               | 123.905   | -       |
| 2018               | 127.175   | -       |
| 2019               | 132.185   | -       |
| 2020               | 137.834   | -       |



### Item C – Limite para Capital de Giro

| Limite para Capital de Giro |           |
|-----------------------------|-----------|
| Em R\$ mil                  |           |
| 2012                        | (19.280)  |
| 2013                        | (409.114) |
| 2014                        | (113.999) |
| 2015                        | (113.658) |
| 2016                        | -         |
| 2017                        | -         |
| 2018                        | (161.597) |
| 2019                        | (115.018) |
| 2020                        | (104.219) |
| 2021                        | -         |
| 2022                        | -         |
| 2023                        | (82.159)  |
| 2024                        | (152.425) |
| 2025                        | (184.955) |
| 2026                        | (42.244)  |
| 2027                        | (44.061)  |

*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]*